

DINAMISMO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E MOBILIDADE ESPACIAL DE TRABALHADORES

Rodrigo Nunes Ferreira*
Rafael Matos♦

Resumo

Considerando o atual período intercensitário, quando a principal fonte de dados municipais apresenta-se em muitos aspectos desatualizada, busca-se explorar novas questões sobre a mobilidade espacial através das possibilidades oferecidas pela base de dados da Rais e Raismigra. Este trabalho apresenta uma análise do dinamismo do mercado de trabalho dos municípios brasileiros nos últimos dez anos, e seu impacto na mobilidade espacial de trabalhadores no mercado formal. Com base na evolução das taxas de variação anual do emprego formal entre 1998 e 2006, fez-se uma seleção dos municípios mais dinâmicos. Foram considerados como tais aqueles que apresentaram crescimento anual acima da média nacional em pelo menos seis dos oito períodos analisados. Confirmando as tendências de crescimento demográfico registradas nos últimos anos, observa-se que os municípios que atendem a esse quesito estão mais presentes nas regiões Norte e Centro-Oeste e entre os municípios que possuem entre 20 mil e 500 mil habitantes. Os dados da mobilidade espacial no mercado formal confirmam a tendência de dinamismo dos municípios selecionados, tendo em vista que nestes, quando comparados com os demais municípios, é maior a participação no total de empregados em 2005 daqueles que tiveram experiência no mercado formal em outros municípios nos cinco anos anteriores. Os dados sobre a origem desses trabalhadores mostram que os fluxos municipais mais expressivos, acima de cinco mil registros, são de curta distância e localizados dentro de áreas metropolitanas. Entre os fluxos intermediários, entre mil e cinco mil registros, surgem fluxos de longa distância, destacando aqueles que têm como origem as grandes capitais da região Sudeste. Destacam-se ainda diversos fluxos direcionados a municípios dinâmicos das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, além dos que apontam para dinâmicas sub-regionais, como entre Londrina e Maringá e os direcionados para municípios do norte fluminense (Campos dos Goytacazes e Macaé).

Palavras-chave: Migração; Mercado de trabalho; Mobilidade espacial.

*LESTE/IGC/UFGM.

♦Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), mestre em Geografia.

1- INTRODUÇÃO

Pode-se parametrizar a análise recorrendo ao princípio estruturalista de que as migrações internas são historicamente condicionadas, como resultado de um processo mais geral de mudanças, do qual elas estão associadas (SINGER, 1975, p 31:33), mas que em determinadas circunstâncias elas podem também constituir em fator de condicionalidade, uma vez que podem influir mais ou menos decisivamente nos mercados de trabalho local. Isso não elimina as preocupações com os limites das configurações históricas que dão sentido a determinados fluxos migratórios, inserindo-os no contexto de produção social do espaço.

As novas tendências emergentes do processo de reestruturação produtiva impõem fortes modificações na dinâmica do território, e a compreensão dessa realidade, cada vez mais complexa, requer novos instrumentos conceituais. É neste sentido que Bertha Becker (2004, p. 13) destaca o rompimento, nas últimas décadas, com o clássico padrão cepalino de análise do tipo centro-periferia, que servira como base para compreensão da dinâmica da produção do território nacional. Hoje tornou-se insuficiente, já que as periferias não são mais apenas consumidoras de produtos industrializados e exportadoras de recursos para os centros.

No cenário de crescente abertura da economia nacional o aumento da competitividade e crescente importância da inovação tenderiam a reforçar, sob certos aspectos, o processo de reconcentração nas grandes aglomerações (BENKO; LIPIETZ, 1994; VELTZ, 1994; SCOTT et al., 2001). A própria busca pela proximidade em diversas atividades modernas joga um papel decisivo na decisão locacional dos agentes econômicos (RALLET, 2003; TORRE, 2003), aumentando a importância das economias de urbanização¹.

Entretanto alguns estudos destacam que este novo contexto econômico tem favorecido a fragmentação da economia nacional do ponto de vista espacial, incentivada pela atuação das políticas de descompressão do desenvolvimento regional dos anos de 1970 e, mais tarde, pela saída de muitas empresas do sudeste em busca de ganhos operacionais em outras regiões do país. Tal visão destaca a importância crescente da inserção dinâmica de “ilhas de eficiência” ligadas diretamente ao mercado externo, apontando para a natureza fragmentada e heterogênea, em termos espaciais, do desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente na década de 1990. (PACHECO, 1996).

¹ No caso específico do Brasil, Tinoco (2001) apresenta evidências que apontam para permanência da Região Metropolitana de São Paulo como importante base industrial, principalmente para as empresas que se destacam em termos de investimento em tecnologia, fruto da necessidade que estas empresas têm de uma “localização que permita e facilite as relações de troca de informações, de conhecimentos, que são a base das possibilidades inovadoras e, conseqüentemente, de acumulação na economia atual” (p. 62).

Essa tendência de fragmentação também estaria sendo estimulada pela transformação no campo brasileiro, mediante a modernização das atividades ligadas ao agronegócio e o impulso dado pela crescente participação das commodities agrícolas na pauta de exportação brasileira, o que incentiva a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1999)²

Sabóia (2001) destaca que em um contexto de modernização industrial combinado com baixo crescimento econômico durante a década de 1990, os diferenciais salariais, a guerra fiscal, a implantação do Mercosul e o próprio nível de infraestrutura e de desenvolvimento local serviram de atrativo para que o emprego e a produção industrial sofressem determinados rearranjos espaciais. O autor destaca o deslocamento do emprego industrial: i) para a Região Sul, especialmente para o Paraná, nos setores industriais modernos e tradicionais; ii) para a Região Nordeste, em setores tradicionais, com ênfase no Estado do Ceará, onde a guerra fiscal foi muito acirrada, resultando na instalação e deslocamento de empresas em busca de menores salários e maiores benefícios fiscais; iii) para a Região Centro-Oeste, que recebeu parcela do emprego, em segmentos tradicionais e de baixo nível de desenvolvimento, ligados ao deslocamento da fronteira agrícola, beneficiados pelo aumento da oferta de matérias-primas e pelos baixos salários. Do ponto de vista da distribuição espacial da população também é possível apontar tendências gerais do processo de reestruturação espacial na dinâmica produtiva, mediante análise do processo de distribuição espacial da população. Se a concentração não foi somente das atividades produtivas, mas também populacional, não há dúvida de que no debate atual sobre a questão da desconcentração a variável demográfica deve ser tratada como elemento chave para entender tal processo (MATOS, 1995). A dinamização da rede urbana, com significativa melhoria das infraestruturas dos centros intermediários, tem favorecido a expansão da produção em espaços alternativos, estimulando o adensamento da rede urbana brasileira e os vínculos de interdependência e complementaridade entre cidades estratégicas postadas nas diferentes partes do sistema (MATOS, 2002). A generalização das mudanças na dinâmica populacional, em face do avanço da transição demográfica, influi na redução dos níveis de pressão do campo sobre a cidade, implicando radical alteração dos fluxos migratórios, de mais de meio século de movimentos de tipo campo-cidade, já a partir da década de 1980, predominam os fluxos urbano-urbano acompanhando o padrão de desconcentração. Assim, a migração torna-se também um elemento central no entendimento do processo de

²Esse “Novo Rural”, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: a) um agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (Graziano da Silva, 1999).

dispersão espacial econômico-populacional deste a década de 1970. Os resultados dos censos de 1991 e 2000 mostraram uma expansão e diversificação da rede urbana nacional, com o crescimento de capitais regionais e sub-regionais, bem como o aumento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos, conformando novos espaços da produção econômica e da imigração. Esses espaços assumem importância crescente, já que são capazes tanto de absorver quanto de reter grande parte dos fluxos migratórios que, anteriormente, teriam como destino as grandes concentrações metropolitanas, ratificando o caráter descentralizado da urbanização brasileira contemporânea.

Considerando o atual período intercensitário, quando a principal fonte de dados municipais apresenta-se em muitos aspectos desatualizada, busca-se explorar em sequência novas questões sobre a mobilidade espacial de pessoas por meio das possibilidades oferecidas pela base de dados da RAIS e Raismigra.

A

metodologia proposta para definição de municípios dinâmicos baseia-se numa análise da variação no estoque municipal de trabalhadores no mercado formal nos últimos dez anos. Tendo definido o grupo de municípios dinâmicos, busca-se fazer uma análise da mobilidade espacial de trabalhadores no mercado formal, analisando a distribuição e as características dos fluxos direcionados para estes municípios.

2 - A BASE DE DADOS RAIS

Os dados da RAIS resultam de registros administrativos do Ministério do Trabalho voltados ao acompanhamento do mercado de trabalho formal, arrecadação de contribuições e distribuição de benefícios previstos na legislação trabalhista. Instituída em 1975, a RAIS pode ser considerada um censo administrativo sobre o mercado de trabalho, na medida em que todas as organizações legais (privadas e públicas) são obrigadas a declará-la anualmente.

Os dados, resultantes da declaração obrigatória das empresas, mostram características básicas dos empregados. O tratamento dos dados permite sua desagregação até o nível municipal, discriminando subatividades econômicas e ocupações. Tais informações são disponibilizadas segundo estoque (número de empregos) e movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos) por sexo, faixa etária, grau de instrução, rendimento médio e faixas de rendimentos em salários mínimos. A partir dos anos 1990 a cobertura da RAIS, segundo o Ministério do Trabalho, tem oscilado em torno de 90% do setor formal da economia, podendo variar de acordo com a situação urbana ou rural, região (melhor no Sudeste) e porte do estabelecimento (cobertura pior nas pequenas e médias empresas).

A Raismigra é uma base de dados derivada da RAIS, também organizada pelo Ministério

do trabalho, que, via controle pelo número de inscrição no PIS (Programa de Integração Social), permite o acompanhamento da trajetória geográfica, setorial e ocupacional dos trabalhadores no mercado formal. Neste trabalho, utilizar-se-á do modelo tipo painel de organização da informação, que permite construir uma série longitudinal e comparar a posição do trabalhador ao longo do tempo, possibilitando o estudo da mobilidade, geográfica e setorial, do indivíduo no mercado de trabalho formal ao longo do período analisado.

Por tratar-se de uma fonte alternativa de pesquisa sobre migração, é necessário delimitar metodologicamente as diferenças que apresenta em relação ao Censo Demográfico do IBGE, que é a fonte de dados mais tradicional sobre o tema. Diferentemente do censo, a Raismigra permite acompanhar a evolução temporal dos trabalhadores e dos espaços (municípios, estados e regiões). Como o controle é feito pelo número do PIS, é possível identificar todas as características do vínculo empregatício (remuneração, localização, setor, atividade, etc.) de um trabalhador do mercado formal ano a ano, mesmo que ele mude de emprego ao longo do período. Assim é possível ter acesso às características do vínculo empregatício ao qual um determinado trabalhador esteve submetido ao longo de todo o período investigado. A principal limitação da Raismigra é sua restrição ao mercado formal, e em decorrência, quando o trabalhador se ausenta do mercado formal em um determinado ano, perdem-se as informações sobre essa pessoa.

3 - O CONCEITO DE MIGRANTE UTILIZADO

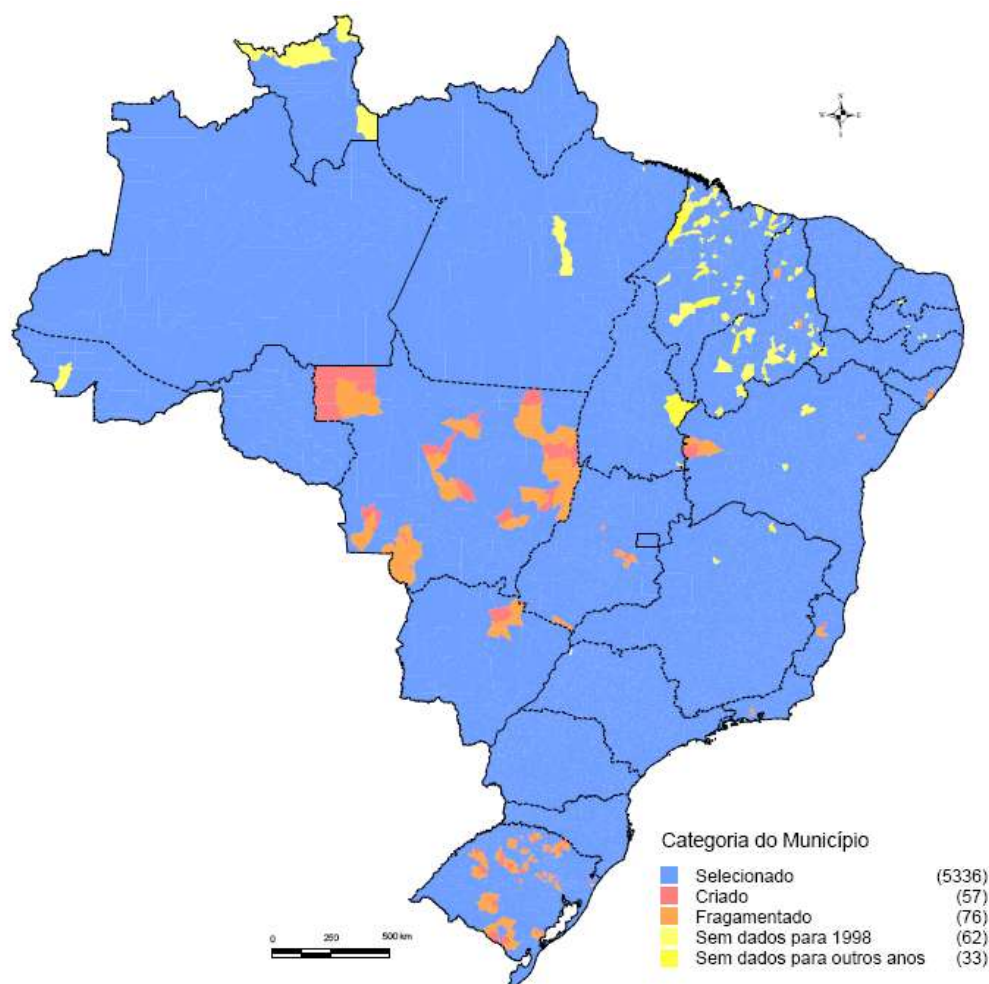
Na Raismigra a situação de migrante é dada em função do local de trabalho. Foi investigado para cada vínculo ativo em 2005 o município de localização dos vínculos entre 2000 e 2004, sendo considerado migrante o trabalhador que nos cinco anos anteriores a 2005 teve pelo menos um vínculo ativo no mercado formal em um município diferente daquele no qual se encontrava empregado ao final de 2005.

Reconhece-se que o conceito de migrante aqui utilizado guarda diferenças significativas em relação ao que é tradicionalmente definido através dos dados censitários. A principal delas é que nem sempre a mudança do local de trabalho implica em mudança do local de residência, principalmente nos percursos de curta distância. O mais correto, como o próprio título desse trabalho chama atenção, é tratar de mobilidade espacial do emprego formal. Entretanto, na falta de um termo mais apropriado, e simples, utilizar-se-á o termo “migrante” para definir toda situação em que foi verificada mudança no município de localização do vínculo ao mercado formal.

4 - SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A busca da plena comparação dos dados municipais foi determinante para delimitação dos recortes temporais e espaciais. Foi necessário contornar os problemas advindos do intenso processo de emancipação ocorrido ao longo da década de 1990, que teve o último surto em 1997. Optou-se pela utilização dos dados a partir de 1998, e pela exclusão dos municípios que passaram por alteração territorial após 1997. Ao final, dos 5.564 municípios existentes em 2006, foram excluídos da análise 133 municípios emancipados ou fragmentados no período e mais outros 95 que não tinham dados disponíveis para um dos anos analisados. Com isso passou-se a trabalhar com 5.336 municípios (FIG. 1)

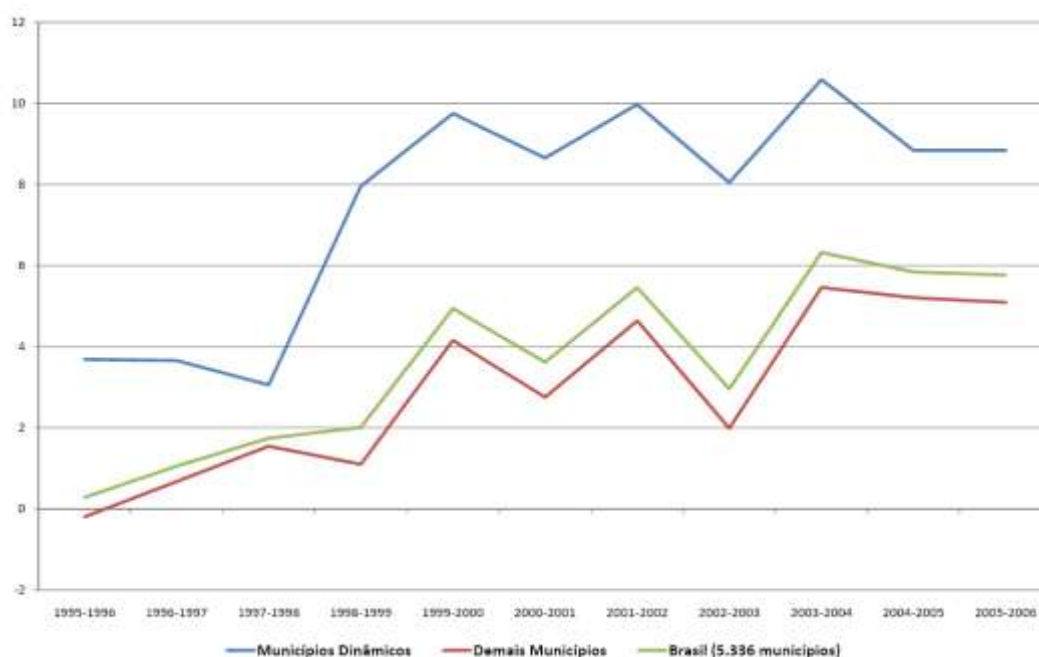
Figura 1 – Resultado final da seleção de municípios



5 - DEFINIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DINÂMICOS

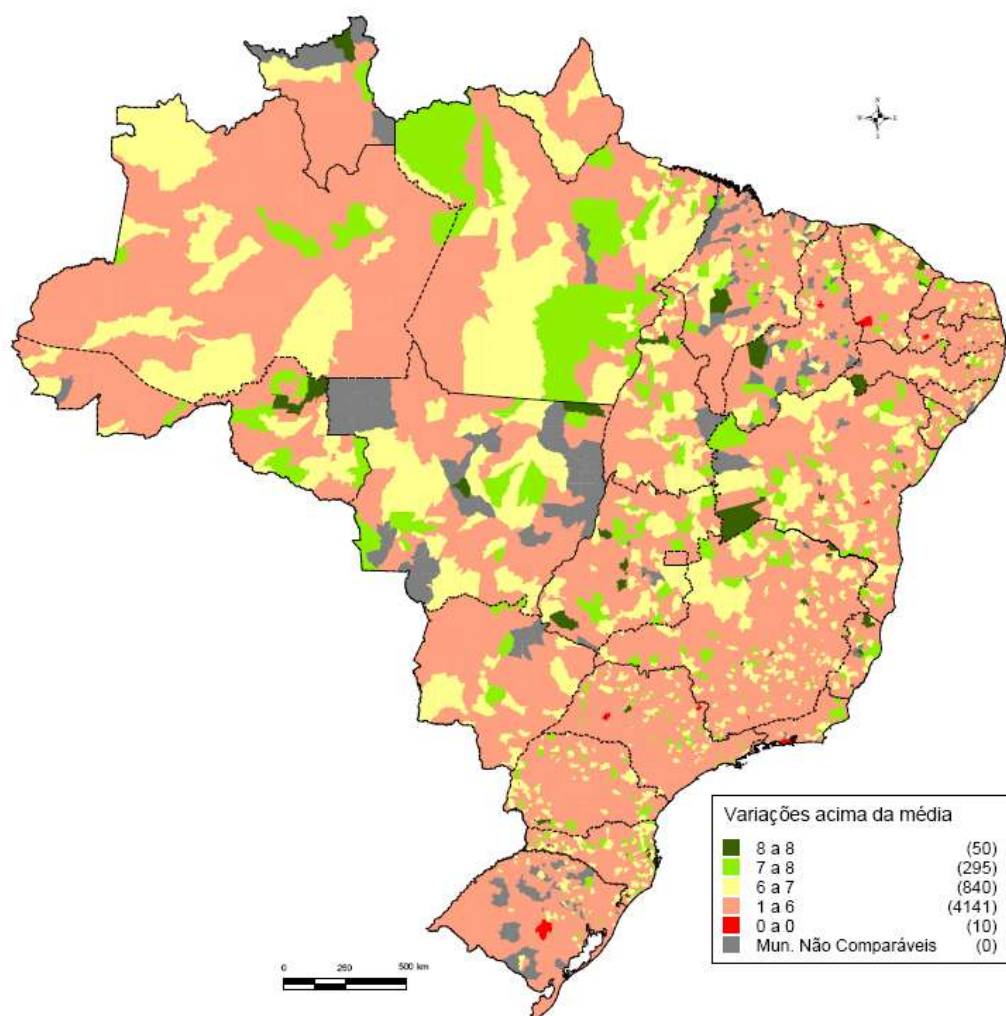
Para investigar a questão da mobilidade espacial foi necessário primeiro definir um grupo mais restrito de municípios. Com base na evolução das taxas de crescimento anuais do emprego formal entre 1998 e 2006, fez-se uma seleção dos municípios mais dinâmicos. Foi definido como dinâmico o município que manteve um crescimento consistente do emprego no mercado formal de trabalho no período. Isto é, aqueles municípios que entre 1998 e 2006 tiveram variações anuais positivas no emprego formal acima da variação média nacional para o mesmo ano em pelo menos seis dos oito períodos analisados, o que dá origem, portanto, a um grupo de municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento no período, como se observa nos dados apresentados no GRÁFICO 1. Tal critério mostrou-se mais efetivo que a simples média de crescimento no período, o que incluiria quase 80% dos municípios existentes. Pelo critério utilizado 1.185 municípios foram selecionados (FIG. 2).

Gráfico 1: Variação anual do emprego formal no período 1995-2006 por grupo de municípios dinâmicos e Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

FIGURA2–Municípios brasileiros por total de períodos de variações anuais do emprego formal acima da média nacional para o ano período 1998-2006.



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Tabela 1: Distribuição dos municípios dinâmicos por grande região

Região	Dinâmicos	Não dinâmicos	Total	Dinâmicos (%)
Centro-Oeste	121	303	424	28.5
Nordeste	358	1338	1696	21.1
NorteSudeste	178	262	440	40.5
Sul	290	1372	1662	17.4
	238	876	1114	21.4
Total	1185	4151	5336	22.2

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

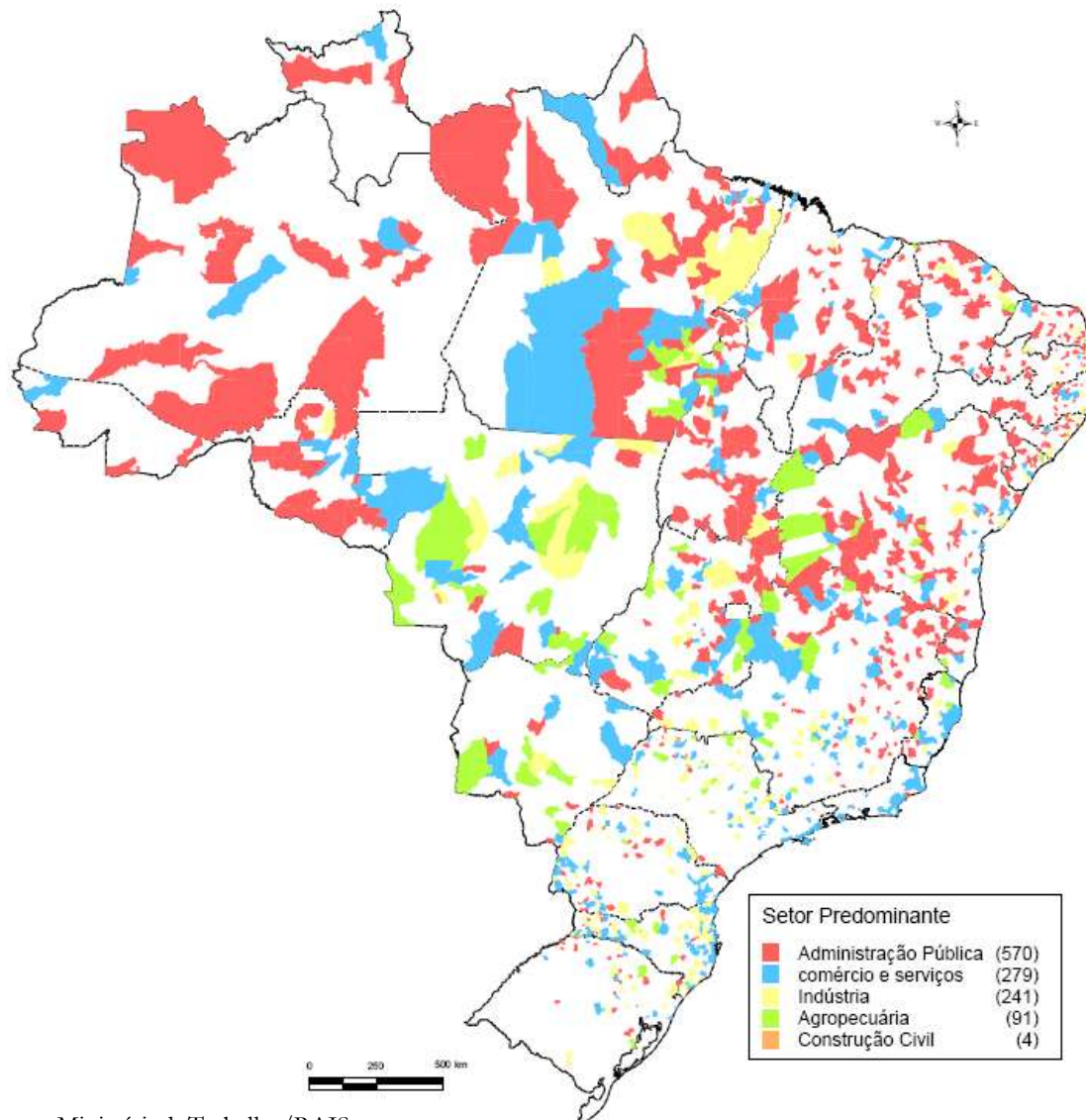
Tabela 2: Distribuição dos municípios dinâmicos por categoria de porte populacional

Porte Populacional	Dinâmicos	Não dinâmicos	Total	Dinâmicos (%)
Até 20 mil hab.	730	3.080	3.810	19.2
De 20 mil a menos de 100 mil hab.	382	898	1.280	29.8
De 100 mil a menos de 500 mil hab.	702	141	211	33.2
De 500 mil a menos de 1 milhão hab.	1	19	21	9.5
1 milhão ou mais hab.		13	14	7.1
Total	1.185	4.151	5.336	22.2

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

É importante verificar também quais os setores econômicos têm sido responsáveis por esse dinamismo do mercado formal dos municípios selecionados, o que pode apontar arranjos territoriais correlacionados ao dinamismo verificado. Uma primeira aproximação da questão mostra que em termos de setor preponderante não se verifica grandes alterações, prevalecendo as atividades ligadas ao setor público, principalmente no Nordeste e Norte, e ao setor de comércio e serviços (FIG. 3). Convém notar que esses setores são tipicamente urbanos e essenciais para a afirmação de qualquer cidade ao longo do tempo. Por outro lado, é importante também destacar que parte importante dos municípios selecionados tem a indústria de transformação como setor dominante, o que pode ser um indício de que muitos municípios dinâmicos são sustentados por arranjos produtivos locais que impulsionam o crescimento do emprego formal. Também é de destacar a Agropecuária como setor predominante em vários municípios do Centro-Oeste e norte do Tocantins, em subespaços da região do Sudeste (como o sudeste paraense), no oeste baiano e extremo norte de Minas Gerais, além de alguns municípios no oeste paulista.

Figura 3 – Setor econômico predominante no mercado formal dos municípios selecionados



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Além do setor econômico predominante, é importante verificar quais os que contribuíram consistentemente para o crescimento do emprego formal nessas localidades. O mesmo critério utilizado para definir o grupo de municípios dinâmicos foi empregado para definir o setor mais dinâmico em cada município. Assim, para cada setor foi computado ao longo do período o número de vezes em que a variação anual do emprego formal foi superior ao crescimento médio do emprego formal no país. Como em diversos municípios mais de um setor registrou o maior número de variações positivas acima da média, foi necessário utilizar um critério para selecionar o mais dinâmico nesses casos de empate. Para tal priorizou-se a escolha

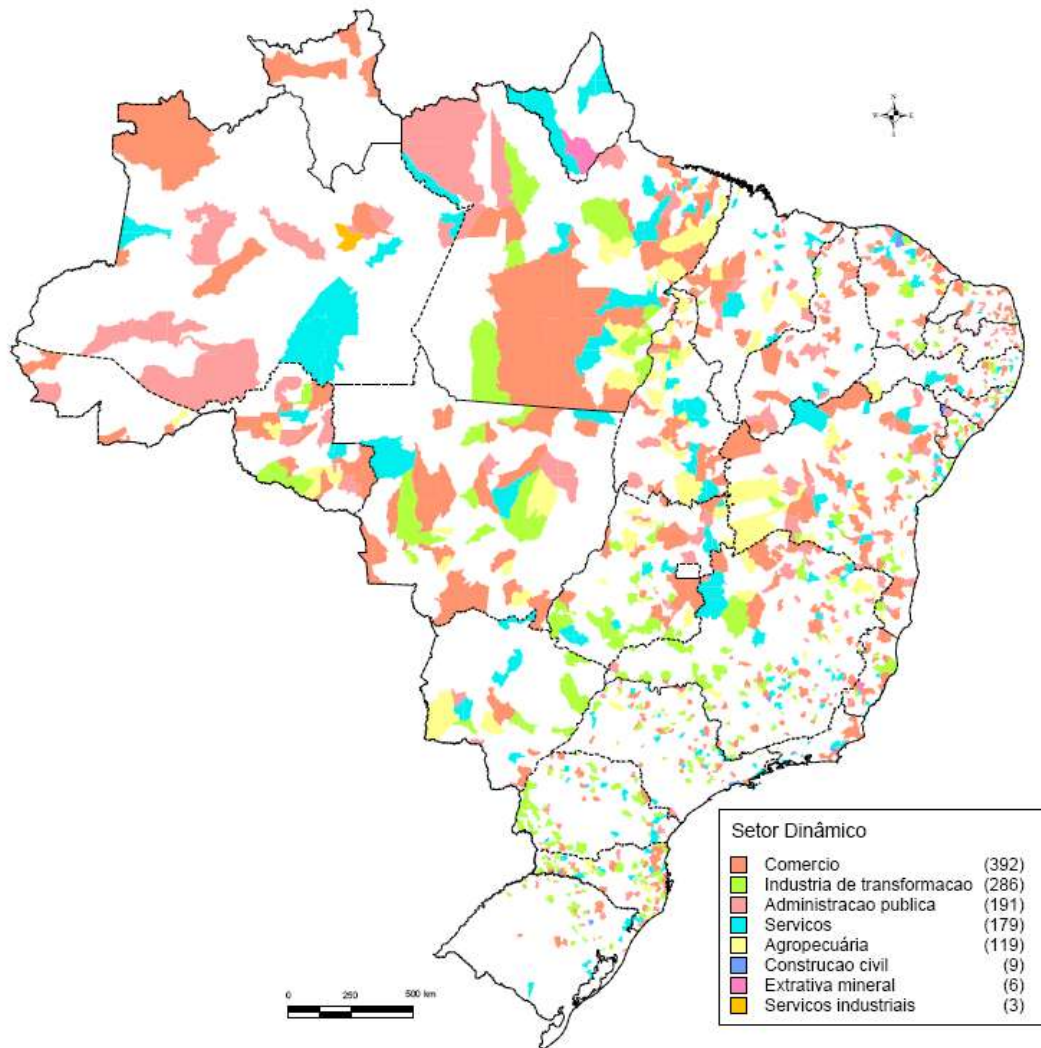
dos setores com maior participação no volume total de emprego formal dos municípios dinâmicos³.

Os dados da TABELA 3 sintetizam a FIGURA 4 e mostram que o setor de comércio foi destacado no maior número de municípios (33%), seguido pela indústria (24%). A análise desagregada por regiões mostra padrões interessantes de serem analisados. No nordeste os setores da administração pública e do comércio foram destacados. Nas regiões norte e centro-oeste comparece o setor da agropecuária. Já nas regiões sudeste e sul o destaque é o setor industrial, selecionado como o mais dinâmico em 48% dos municípios desta última. Estes dados mostram características territoriais específicas do dinamismo do emprego formal, demarcando importantes diferenças na estrutura econômica das regiões que sustentam, a partir de setores específicos, o dinamismo registrado.

Os dados da TABELA 3 sintetizam a FIGURA 4 e mostram que o setor de comércio foi destacado no maior número de municípios (33%), seguido pela indústria (24%). A análise desagregada por regiões mostra padrões interessantes de serem analisados. No nordeste os setores da administração pública e do comércio foram destacados. Nas regiões norte e centro-oeste comparece o setor da agropecuária. Já nas regiões sudeste e sul o destaque é o setor industrial, selecionado como o mais dinâmico em 48% dos municípios desta última. Estes dados mostram características territoriais específicas do dinamismo do emprego formal, demarcando importantes diferenças na estrutura econômica das regiões que sustentam, a partir de setores específicos, o dinamismo registrado.

³A ordem dos setores utilizada como referência, bem como as respectivas participações, foi a seguinte: Indústria (26%), Serviços (25%), Administração Pública (19%), Comércio (18%), Agropecuária (6%) Construção Civil (4%), Extração Mineral (1%) e Serviços Industriais (0,7%).

Figura 4: setor econômico de destaque nos municípios dinâmicos



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Tabela 3: Distribuição dos municípios dinâmicos por setor econômico de destaque na geração de empregos no mercado formal

Setor de destaque	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Agropecuária	15.7	8.7	21.9	7.6	3.4	10.0
Extrativa mineral	0.0	0.8	0.6	0.3	0.4	0.5
Serviços industriais	0.0	0.3	0.6	0.3	0.0	0.3
Construção civil	0.0	0.6	0.0	1.7	0.8	0.8
Indústria	24.8	12.8	7.3	28.6	47.9	24.1
Comércio	34.7	36.3	32.0	33.4	27.7	33.1
Serviços	13.2	13.7	18.5	16.6	13.9	15.1
Administração pública	11.6	26.8	19.1	11.4	5.9	16.1
Total de Municípios	121	358	178	290	238	1.185

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

6-MOBILIDADE NO MERCADO FORMAL

Mas em que medida o dinamismo verificado no mercado formal é capaz de atrair populações migrantes, impulsionando a mobilidade espacial de trabalhadores no mercado formal? A primeira evidência apresentada confirma o fato de que nos municípios considerados dinâmicos os trabalhadores migrantes⁴ representavam 26% dos vínculos ativos, o que equivale a um total de 1.742.777 pessoas, num universo de 6.726.813 trabalhadores registrados ao final de 2005. Nos demais municípios esse percentual, embora menor, é também expressivo, ou seja, 19,6%, 6.306.866 vínculos num total de 32.107.707. Tomando o valor de 26% como referência, a TABELA 4 e a FIGURA 5 mostram onde a participação desse tipo de trabalhador supera essa média. Os municípios com maior participação de migrantes estão mais presentes nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul, chegando nessa última a representar metade dos municípios selecionados.

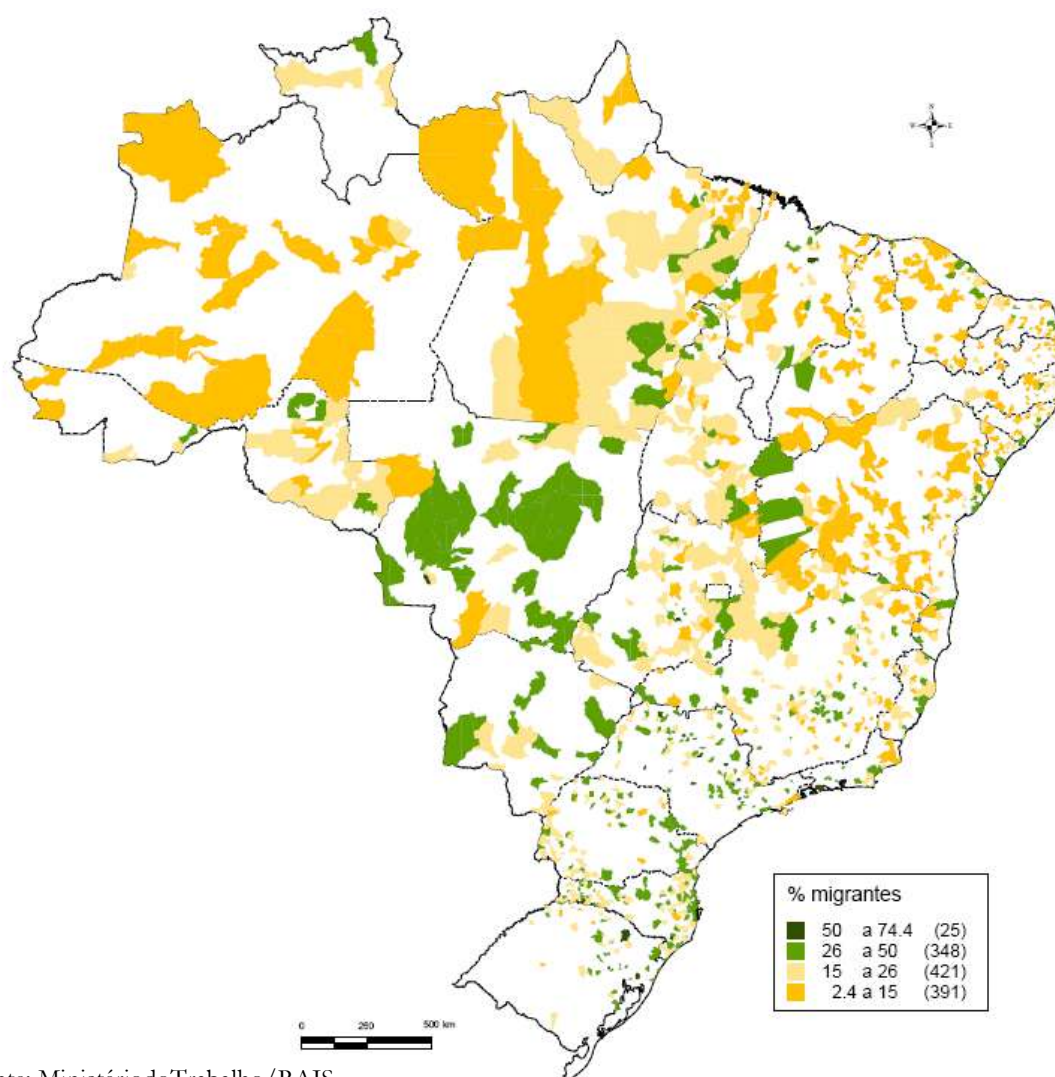
⁴Trabalhadores com passagem pelo mercado formal de outro município nos cinco anos anteriores a 2005.

Tabela 4: Municípios dinâmicos com participação dos migrantes no mercado de trabalho formal igual ou superior a 26%, por região

Rótulos de Linha	Maiores ou iguais a 26%	Menores que 26%	Total geral	% acima da média de 26%
Centro-Oeste	56	65	121	46.3
Nordeste	45	313	358	12.6
Norte-Sudeste	28	150	178	15.7
Sul	124	166	290	42.8
	120	118	238	50.4
Total geral	373	812	1185	31.5

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Figura 5 – Participação relativa dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal dos municípios dinâmicos



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

6.1 - Fluxos de mobilidade espacial no mercado de trabalho

Constatada a tendência de uma maior participação no mercado de trabalho formal dos municípios dinâmicos de trabalhadores com experiência prévia em outros municípios, cabe agora detalhar melhor a origem desses trabalhadores, verificando a estruturação espacial dos fluxos delimitados por esses movimentos. A TABELA 5 apresenta um panorama regional dos fluxos de trabalhadores no mercado formal entre 2000 e 2005. Além dos valores absolutos dos fluxos, dominados pela região Sudeste, é importante verificar as variações relativas, capazes de apontar algumas tendências da mobilidade da mão-de-obra no Brasil. Destaca-se a situação da região Norte, que possui o menor percentual de trabalhadores migrantes provenientes da própria região, na qual a participação de trabalhadores oriundos das regiões Sudeste e Centro Oeste é notável. No geral, a região Norte apresentou trocas positivas com todas as demais regiões, enquanto com o Sudeste, em situação inversa, apresentou trocas negativas.

Como trata-se um grupo mais qualificado do mercado de trabalho, inseridos no mercado de trabalho formal e com experiência prévia em relações formais de trabalho, é de se esperar que esta seja uma tendência que se firma no Brasil, com a crescente atração de trabalhadores mais qualificados para as atividades econômicas que requisitam expansão territorial.

Tabela 5: Distribuição relativa dos fluxos de trabalhadores no mercado formal por região de origem.

Região de Origem	Região de Destino				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	65,7	1,6	0,6	0,3	2,6
Nordeste	7,8	84,1	2,2	1,3	3,2
Sudeste	14,0	11,0	93,2	7,8	11,2
Sul	2,1	1,0	1,7	88,8	5,2
Centro-Oeste	10,3	2,3	2,1	1,8	77,8

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Os dados sobre a origem municipal desses trabalhadores mostram que os fluxos municipais mais expressivos, acima de cinco mil registros, são de curta distância e localizados dentro de áreas metropolitanas (FIGURA 6). Entre os fluxos intermediários, entre mil e cinco mil registros (FIGURA 7), surgem fluxos de longa distância, destacando aqueles que têm

como origem as grandes capitais da região Sudeste. Destacam-se ainda diversos fluxos direcionados a municípios dinâmicos das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, além dos que apontam para dinâmicas sub-regionais, como os de Londrina e Maringá e os direcionados para municípios do norte fluminense (Campos dos Goytacazes e Macaé). Os fluxos inferiores a 1.000 trabalhadores, FIGURAS 8, 9 e 10, conformam um emaranhado de redes, que delimitam importantes fluxos de mão-de-obra direcionados para municípios dinâmicos integrantes do nível intermediário da rede urbana. Entretanto, é inviável uma análise mais pormenorizada desses fluxos no âmbito desse trabalho.

Figura 6 - Fluxos de 5.000 ou mais trabalhadores com destino aos municípios dinâmicos



Fonte:

Ministério do Trabalho/RAIS

Figura 7 - Fluxos de 1.000 a menos de 5.000 trabalhadores com destino aos municípios dinâmicos



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Figura 8 - Fluxos de 500 a menos de 1.000 trabalhadores com destino aos municípios dinâmicos



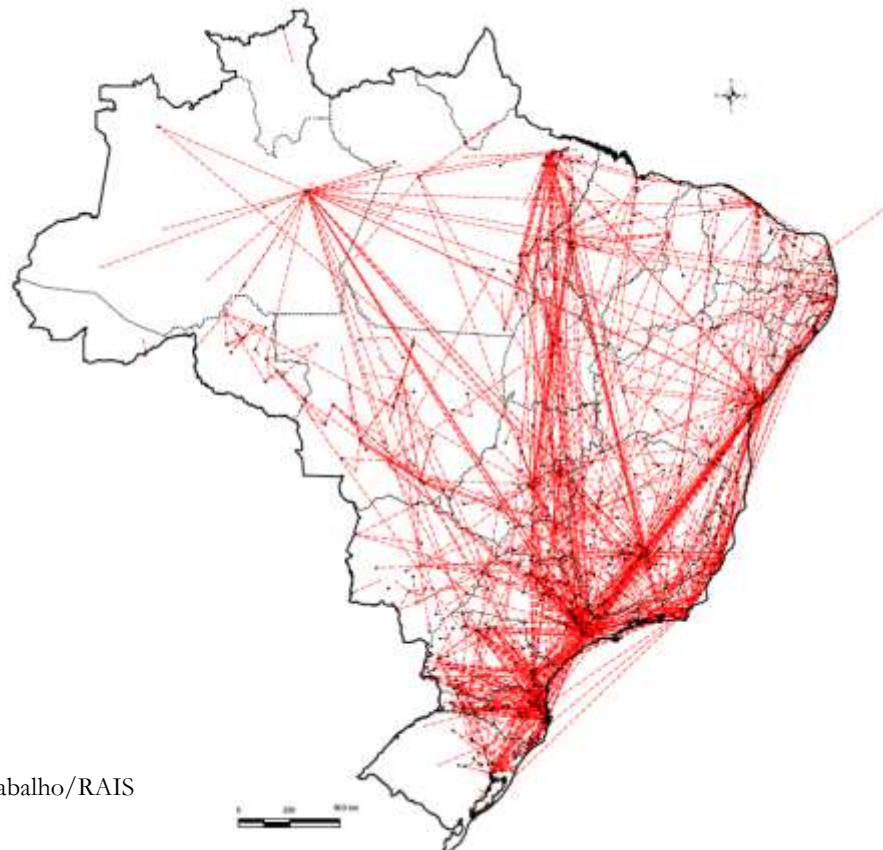
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Figura 9 - Fluxos de 100a menos de 500 trabalhadores com destino aos municípios dinâmicos



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Figura 10 - Fluxos de 50 a menos 100 trabalhadores com destino aos municípios dinâmicos



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

6.2 - Inserção setorial equalificação

A inserção setorial dos trabalhadores migrantes é um item importante a ser verificado, pois contribui com o entendimento das dinâmicas econômicas que sustentam os fluxos. Outro fator importante a ser investigado é a mobilidade espacial de trabalhadores qualificados. Para tal, utiliza-se o nível de escolaridade como uma proxy da qualificação dos trabalhadores. O parâmetro a ser utilizado nas análises desse subitem será a situação encontrada nos demais municípios não selecionados como dinâmicos. As atividades industriais e o setor de serviços se destacam nos municípios dinâmicos como grandes receptores de trabalhadores migrantes. Esses dois setores oferecem juntos 58% dos empregos ocupados pelo grupo de trabalhadores migrantes nos municípios dinâmicos (TABELA 6).

Tabela 6: Distribuição relativa do trabalho no mercado formal por setor de atividade

Setor	Total		Migrantes	
	Dinâmicos	Demais	Dinâmicos	Demais
Agropecuária	5,5	3,6	6,6	5,5
Extrativa Mineral	1,0	0,3	1,4	0,5
Construção Civil	4,1	4,2	7,2	7,6
Indústria	25,8	16,3	25,5	18,5
Serviços Industriais	0,7	1,0	1,0	1,2
Comércio	18,4	17,2	16,9	16,7
Serviços Administração	25,3	31,8	32,5	38,0
Pública	18,7	25,0	8,8	12,0
Outros/Ignorado	0,4	0,6	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

A maior presença de migrantes no mercado formal dos municípios dinâmicos se reflete em todos os setores, com destaque para construção civil, onde quase metade da mão-de-obra empregada no mercado formal é proveniente de outro município (TABELA 7). O que pode ser indício de importantes fluxos de mão-de-obra de baixa qualificação.

Tabela 7: Participação dos trabalhadores migrantes no mercado formal dos municípios dinâmicos por setor de atividade

Setor	%migrantes	
	Municípios Dinâmicos	Demais Municípios
Agropecuária	31,1	29,7
Extrativa Mineral	35,8	32,0
Construção Civil	46,0	35,8
Indústria	25,6	22,2
Serviços Industriais	36,4	22,5
Comércio	23,8	19,1
Serviços Administração	33,3	23,5
Pública	12,2	9,5
Outros/Ignorado	0,0	0,0
Total	25,9	19,6

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Quanto à escolaridade, observa-se uma situação favorável aos municípios “não-dinâmicos”, nos quais é maior a presença de trabalhadores que possuem formação superior. Situação que também se repete quando se considera apenas os trabalhadores migrantes nos dois espaços.

Tabela 8: Distribuição relativa dos trabalhadores no mercado formal por nível de escolaridade

Formação	Total		Migrantes	
	Municípios Dinâmicos	Demais Municípios	Municípios Dinâmicos	Demais Municípios
Analfabeto	1,6	1,3	1,1	0,8
Fundamental incompleto	28,9	25,1	25,7	22,5
Fundamental Completo	26,5	24,1	25,9	23,9
Ensino Médio Completo	34,9	35,0	37,3	39,5
Superior Completo	7,9	14,1	10,0	13,3
Ignorado	0,3	0,4	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Entretanto, observando a participação intra-grupos de escolaridade, verifica-se que nos municípios dinâmicos a presença de migrantes é maior entre os trabalhadores mais escolarizados (superior completo), mas também entre os menos escolarizados (analfabetos e fundamental incompleto). O que pode apontar para dicotomias nesses mercados de trabalho. Que atraem tanto mão-de-obra mais qualificada quanto menos qualificada. É de se esperar que o dinamismo de algumas atividades impulse toda uma cadeia produtiva, gerando vagas também em setores menos dependentes de qualificação da mão-de-obra, como o terciário inferior e a construção civil.

TABELA 7: Participação dos trabalhadores migrantes no mercado formal dos municípios dinâmicos por nível de escolaridade

Formação	%migrantes	
	Municípios Dinâmicos	Demais Municípios
Analfabeto	18,7	12,6
Fundamental incompleto	23,0	17,6
Fundamental Completo	25,3	19,5
Ensino Médio Completo	27,7	22,1
Superior Completo	33,0	18,5
Ignorado	0,0	0,0
Total	25,9	19,6

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu constatar a existência de dois importantes vetores espaciais de dinamismo do mercado de trabalho formal. Primeiro na dimensão da rede urbana, onde se destacam os municípios do nível intermediário, incorporando pequenas e médias localidades. O segundo, de dimensão regional, destaca o dinamismo das regiões Norte e Centro Oeste. A indústria e a agropecuária figuram entre as atividades com maior contribuição para o dinamismo destas localidades, demonstrando que tal processo é sustentado pela expansão de atividades produtivas.

Não obstante as limitações da base de dados utilizada, as evidências apresentadas mostram que o dinamismo verificado faz aumentar a presença nesses municípios de trabalhadores “migrantes” no mercado formal. Foram identificados fluxos expressivos de mão-de-obra em direção aos municípios dinâmicos do Centro Oeste e Norte, confirmando a importância da migração inter-regional.

Uma dicotomia foi destacada: os municípios dinâmicos tendem a atrair trabalhadores qualificados, como mostra a maior participação relativa de “migrantes” com formação superior, mas também trabalhadores de baixa qualificação, fazendo aumentar a participação relativa de trabalhadores analfabetos ou que não completaram o Ensino Fundamental. É de se esperar que a expansão das atividades econômicas e do mercado formal necessite da “importação” de trabalhadores mais qualificados, o que não exclui a atração de trabalhadores de baixa qualificação para ocupações na construção civil e no “baixo” terciário. Os

resultados aqui apresentados mostram que muitas localidades intermediárias da rede urbana nacional experimentam recentemente processos de intenso crescimento do mercado de trabalho formal. Considerando que esse mercado é um bom indicador do nível das atividades econômicas,

pode se esperar que esses lugares assumam papel fundamental no processo de reconfiguração espacial das atividades econômicas e da população no Brasil. Isso não só confirma a mudança do padrão migratório no Brasil contemporâneo, mas aponta novos e importantes espaços que estruturam mercados de trabalho locais nos quais é imprescindível a contribuição de brasileiros, geralmente detentores de experiências no trabalho formal, boa parte delas decorrente de trajetórias migracionais de longa data.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha. UmanovaregionalizaçãoparapensaroBrasil? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério, MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil século XXI porumanovaregionalização? Processos, escalas, agentes*. São Paulo: MAX Limonad, 2004.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. OnovodebateRegional. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras-distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oieras: Celta Editora, 1994.
- DENEGRI, João Alberto et al. Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAI Seda PNAD. Textoparadiscussão nº 840, IPEA, Brasília, novembro de 2001 (29 pág.)
- GRAZIANODASILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. 2ª ed Campinas, IE/UNICAMP, 1999.
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v.13, p. 35-58, 1995.
- MATOS, Ralfo. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.19, n.1, jan./jun. 2002.
- PACHECO, Carlos A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, (6): 113-40, jun. 1996.
- RALLET, A. L' "économie de proximité", Etudes et Recherches sur les systèmes agraires et le développement, nº 33, 11-25, 2003.
- SABÓIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.85-122, dez. 2001.
- SCOTT, A.J., AGNEW, J., SOJA, E.W. & STORPER, M. *Cidades-regiões globais*. Espaço & Debates nº 41, São Paulo: Núcleo de estudos regionais urbanos, 2001.
- TINOCO, A.C. Integração ou Fragmentação: O Impasse gerado pelo Fetichismo da Desconcentração. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 41, p. 46-65, 2001.
- TORRE, André. Desenvolvimento local e relações de proximidade. *Interações – Revista Internacional do Desenvolvimento Local*, v. 4, n. 7, p. 27-39, set. 2003
- VELTZ, P. Hierarquia e redes. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras-distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oieras: Celta Editora, 1994.